



ATA Nº16  
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE BORBA  
REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, nesta Cidade de Borba, no Salão Nobre dos Paços do Município de Borba, reuniu, pelas 21 horas, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Período Antes da Ordem do dia

**PONTO UM PONTO UM:** Leitura do Expediente

**PONTO UM PONTO DOIS:** Outros assuntos de interesse para a Autarquia

**PONTO DOIS:** Período para intervenção do público

**PONTO TRÊS:** Período da ordem do dia

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Proposta de 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2012.

**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Abertura de Procedimento Concursal.

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro lavra-se a presente ata: -----



----- **O presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e ordenou realizar a chamada, verificando-se a presença dos Membros: Jerónimo João Pereira Cavaco, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Benjamim António Ferreira Espiguinha, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Augusto Manuel Bilro Guégues, Nelson Joaquim Gomes Gato, Rogério Manuel Pereira Pécurto, Sérgio João Pécurto Gazimba, Joaquim Manuel Ganito Trincheiras, Francisco José Ramalho Mendes, Maria João Barroso Lopes Cavaco, Roberto Carlos Vagante Ganito, Manuel Filipe Liliu Prates, Celso Miguel Lopes Ramalho, António José Lopes Anselmo, Amélia da Conceição da Silveira Bilro, José António Carapeto Dias, Edgar Manuel Varjola Liliu. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que, na ausência (pedido de suspensão de mandato) da segunda secretária da mesa da Assembleia, tinha convidado o deputado Joaquim Trincheiras para ocupar o lugar. De seguida perguntou se alguém do plenário se opunha. -----

**PONTO UM:** Período antes da Ordem do Dia

**PONTO UM PONTO UM:** Leitura do Expediente

----- **O 2º Secretário da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou que nada de relevante havia a assinalar, no entanto, e como habitualmente, as pastas da correspondência estavam presentes para quem as quisesse consultar. -----

**PONTO UM PONTO DOIS:** Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

----- **O deputado Carlos Cabral** cumprimentou todos os presentes e referiu que tinha falecido um funcionário da Câmara Municipal de Borba, pelo qual tinha um elevado apreço. De seguida propôs que a Assembleia Municipal aprovasse um voto de pesar pelo falecimento do funcionário Jacinto João Carvalho Pereira. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que a proposta estava na mesa da assembleia e, de acordo com a mesma, pediu ao plenário que se pronunciasse relativamente à aprovação daquele voto de pesar. -----



Disse que o voto de pesar tinha sido aprovado por unanimidade e que iria ser enviado à família do funcionário falecido. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que gostaria de interpelar o senhor Presidente da câmara no que respeitava à Reforma Administrativa do Território. Referiu que gostaria que fosse transmitido à Assembleia Municipal o que tinha chegado à Câmara Municipal sobre aquele assunto. O que é que estava em curso, ou o que é que se previa para o território do concelho, se a câmara já tinha sido consultada; como é que, como membros da Assembleia Municipal, poderiam entrar na discussão pública. -----

Disse que gostaria que o senhor presidente informasse a Assembleia Municipal sobre os elementos que possuía relativamente àquele assunto. -----

Referiu que o que se lia nos jornais era uma coisa um pouco confusa, pois não tinha entendido se o que estava em jogo se eram comunidades intermunicipais, se eram as NUT's, se eram as freguesias que iriam acabar. Referiu que aquilo era uma política de meias informações, em que existiam hipóteses de discussão sem fundamento. -----

Referiu que ficara profundamente irritado ao saber que o futuro de um território, de um país, pudesse ser posto à discussão nos termos em que estava a ser posto, sem nenhuma sensibilidade pelos interesses das populações, sem nenhuma sensibilidade pelos interesses dos territórios, sem nenhuma sensibilidade pelos interesses das pessoas. Realçou que a política era um serviço às pessoas, não "àqueles" que ninguém sabia donde tinham vindo. Terminou a sua intervenção dizendo que agradecia o esclarecimento que o senhor Presidente lhe pudesse transmitir, visto não ter outros meios para conseguir mais informação. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** comunicou que seria enviado um ofício às diferentes forças políticas, na sequência de um e-mail recebido da ANMP, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, o qual solicitava comentários, sugestões referentes à proposta de lei 44/XII, por parte da Assembleia Municipal. -----



----- **O deputado António Anselmo** cumprimentou todos os presentes e disse que já em Dezembro, aquando da sessão da Assembleia Municipal, a senhora deputada Filipa tinha falado no Livro Verde da Reforma Administrativa. -----

Referiu que no dia anterior, os 4 presidentes de Junta se tinham reunido com o senhor Presidente da Câmara, numa reunião em que tinha sido focada aquela situação. Referiu que se a proposta de lei 44/XII vier a ser aprovada, quem irá decidir as “coisas”, será a Assembleia Municipal. -----

Salientou a sua preocupação com a agregação ou extinção das Freguesias. Disse que tinham que falar dos assuntos claramente, pois não valia a pena estarem com ilusões. Realçou que na sua terra nada se poderia extinguir, acabar, mas tudo se podia unir. Disse que a Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu não queria que a sua Freguesia acabasse. Referiu que, segundo aquela lei, o concelho de Borba era um concelho de nível 3, o que queria dizer que permitia no máximo ter 3 freguesias. -----

Afirmou que as pessoas que representavam as freguesias, tinham de ser pessoas muito intervenientes em Borba, que conhecessem as pessoas, os seus problemas, em que o único objetivo que deveriam ter, seria o desenvolvimento e o bem-estar da sua terra. Referiu que a deputada Filipa, na sessão de Setembro, já tinha alertado para o Livro Verde da Reforma Administrativa, principalmente como iriam ser feitas as eleições autárquicas. -----  
Realçou ser importante e fundamental que aquela assembleia tivesse uma atitude, no que respeitava à extinção das Juntas. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse ao deputado António Anselmo que em Dezembro tinha sido aprovada uma Moção, na sessão da Assembleia Municipal, precisamente com base no conteúdo do Livro Verde da Reforma Administrativa. -----

----- **O deputado António Anselmo** afirmou que tinha sido na sessão da Assembleia de setembro a primeira vez que se tinha falado no Livro Verde da Reforma Administrativa. -----

Salientou que o seu sentido de voto era sempre a pensar nos interesses da sua terra. Referiu que a proposta de lei 44/XII visava não permitir a intervenção dos presidentes de



Junta na votação do orçamento da autarquia. Acrescentou que as leis eram feitas para limitar as pessoas. -----

----- **A deputada Amélia Bilro** cumprimentou todos os presentes e de seguida referiu que estava um projeto de lei para aprovar e que tinham noventa dias, após a sua aprovação, para discutir o assunto. -----

Disse que tinha pensado pedir, na sessão da Assembleia Municipal de Abril, aos deputados da Assembleia Municipal, para se pronunciarem acerca do projeto de lei da Reforma Administrativa. Tentarem encontrar formas de oposição, para apresentarem ao governo, para que a freguesia de S. Bartolomeu não viesse a ser extinta. Referiu e enunciou as 2 hipóteses que tinham acerca do projeto de lei 44/XII. Salientou que talvez fosse melhor aceitar a agregação da freguesia em vez da extinção. Mas tudo aquilo tinha que ser discutido e tinham 90 dias para o fazer, após a aprovação do projeto de lei. -----

Afirmou que gostaria de ouvir ali, por parte dos deputados das outras forças políticas, sugestões, opiniões, sobre as tomadas de posição que deveriam assumir, relativamente ao governo, para que aquela lei fosse alterada. -----

Salientou que a freguesia de S. Bartolomeu, embora fosse uma freguesia pequena, tinha a sua história cultural. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** cumprimentou todos os presentes e disse que aquele assunto da proposta de lei tinha que continuar a ser discutido porque, a partir daquele momento, pertencia à Assembleia Municipal decidir sobre a agregação ou extinção das freguesias que, no caso de Borba, seria passar de duas para uma freguesia. -----

Referiu que o Livro Verde era de facto uma má leitura para o serão, como tinha sido dito pelo senhor presidente da assembleia na sessão de dezembro, facto por ela comprovado. Afirmou que subscrevia a intervenção do senhor presidente da câmara, quando aquele tinha dito que "**freguesias a extinguir: nenhuma! Todas fazem falta**" pois, tivessem mais ou menos habitantes, tivessem mais ou menos eleitores, todas tinham o seu papel. Segundo



os economistas não seria assim que se pouparia dinheiro, não seria com aquelas “migalhas” que o país resolveria os problemas. -----

Salientou que deveriam voltar a falar naquele assunto. Afirmou que as freguesias de Borba tinham a solidariedade dos eleitos da CDU, do partido Comunista Português e dos Verdes, que poderiam contar com eles para todas as lutas que fossem necessárias, no sentido de preservar as freguesias existentes e manter, com a voz ativa e com os mesmos direitos de outro qualquer eleito, os presidentes das juntas de freguesia nas assembleias municipais. Repetiu que fazia todo o sentido que os presidentes das juntas, tivessem voz ativa e fossem membros de pleno direito na Assembleia Municipal. -----

Referiu que se congratulava com a faixa que estava na fachada da junta de freguesia de S.Bartolomeu, na qual estava escrito **“querem roubar a nossa freguesia”**. Disse que aquilo dava oportunidade de explicar às pessoas o que se estava a passar, o que estava em causa.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que deveriam utilizar todos os “canais”, possíveis e imaginários, para que aquela proposta de lei não avançasse. Fez referência ao que o deputado Nelson Gato tinha dito na sessão da Assembleia Municipal de dezembro, no que respeitava à proposta de lei em discussão, quando aquele tinha referido que nada estava aprovado, que era só um projeto de lei, mas afinal aquilo não se tinha concretizado, porque já tinha sido aprovado em conselho de ministros, e ia à Assembleia da República. ---

----- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes, em especial ao público presente, alunos do CNO de Borba. Referiu que talvez fossem os últimos a frequentar aquele centro, visto estar previsto o seu encerramento. De seguida referiu umas expressões utilizadas pelo senhor Oliveira Salazar. -----

Salientou que estava a ficar cansado e farto de, naqueles últimos tempos, se tentar dar uma fachada democrática a certo tipo de decisões e que aquela mesma fachada democrática era depois transformada em decisões finais, sem que houvesse oportunidade de existir qualquer decisão por parte de outros. Referiu que muitas vezes aqueles livros verdes,



comissões, não eram sérios. Porque quando aqueles grupos de trabalho eram nomeados, eram nomeados a pensar nas conclusões. Reforçou que aquilo era inadmissível. -----

Disse que o livro Verde era uma farsa, porque aquilo que era dito, na maior parte dos casos, era para *"tapar o sol com a peneira"*. Quando se falava em poupar dinheiro com a Reforma Administrativa, aquilo era mentira, rigorosamente mentira. Não era extinguindo juntas de freguesia que se poupava dinheiro, se resolviam os problemas. Reafirmou que todas as juntas eram importantes, fundamentais, porque eram elas que estavam mais perto das populações e eram elas que podiam transmitir, trabalhando em conjunto com a câmara, os anseios, as aspirações das populações. -----

Disse ao deputado Carlos Cabral que não tinha tido acesso a canais privilegiados para tratar daquele assunto, tinha tido sim, no dia anterior, um telefonema do gabinete do senhor secretário do estado da administração local a convidá-lo, enquanto presidente da CIMAC, para uma reunião a realizar no dia 28 de fevereiro, à qual tinha dito que não poderia comparecer, visto estar ausente do país. Disse que seria efetuada nos primeiros dias de março. -----

Disse que aquela reunião tinha como objetivo, dentro da CIMAC, discutir assuntos relacionados com a descentralização de competências e sobre a questão das freguesias. ----

Em relação à ANAFRE disse que a sua ação, naquele momento, estava praticamente "apagada", ao contrário de outros tempos, em que tinha sido extremamente ativa. Disse que o último ofício que tinham recebido, daquela entidade, tinha sido para alertar que os presidentes das câmaras municipais e das assembleias municipais e executivos municipais não podiam determinar feriados. -----

Referiu que existia vontade de fazer algumas descentralizações para as comunidades intermunicipais. Dizia-se que passaria haver 23 CIMI'S, 2 áreas metropolitanas, nas quais seriam descentralizadas competências que poderiam, eventualmente, transformar aquelas CIMI'S em supercâmaras. -----

Salientou que a agregação de freguesias era uma forma subtil de as extinguir. ----



Segundo a forma como a lei estava elaborada, se a assembleia municipal não decidisse o que deveria ser feito, o governo, “democraticamente”, encarregar-se-ia de o fazer. -----

Referiu que a relação entre alguns presidentes de junta e os presidentes de câmara nem sempre era a melhor, acrescentando que, para alguns presidentes de câmara, as juntas eram um “fardo”. De seguida explicou o referido. -----

Realçou que se estava a viver uma época em que se estava a assistir aos maiores atentados do Poder Local Democrático. Salientou que, futuramente, o que estava a ser feito às freguesias, seria feito às câmaras municipais, pois era intenção do governo acabar com as câmaras municipais. Disse que a lei de gestão orçamental, que tinha entrado em eficácia com aquele orçamento, colocava em causa o funcionamento das câmaras municipais. Exemplificou com o que estava a acontecer naquele dia: para fazer a abertura de um procedimento concursal, tinha sido necessário reunir a Assembleia Municipal, o que anteriormente não era necessário, bastava ir à sessão de câmara. -----

Afirmou que poderiam manter a voz ativa, no que respeitava a contestar aquela proposta de lei, mas ao mesmo tempo estava consciente que o governo iria fazer “orelhas moucas” e as decisões iriam ser tomadas de acordo com o que o governo entendesse. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que não poderia deixar de falar, naquele dia, sobre a privatização do monopólio natural que era a REN, que tinha sido vendida a duas empresas estatais, uma do partido comunista chinês e outra do fundo soberano do OMA, o que permitia prever, no futuro, uma possível cartelização entre a produção e a distribuição. Referiu que achava perfeitamente espantoso que um país soberano, independente, uma pátria com quase mil anos de existência, abdicasse daquela questão que seria a mais importante nos 50 a 60 anos seguintes e que era a questão da energia. Achava espantoso que, por obediência a funcionários de quinta categoria de organismos internacionais, um país soberano como o nosso, um Portugal de 1143, vendesse uma parte substancial da companhia que produzia eletricidade e uma parte substancial da única rede de distribuição de energia elétrica a empresas estatais estrangeiras, uma das quais de um país, como a



china, onde não era respeitado nenhum direito humano, onde existia uma ditadura, onde os crimes ambientais eram diários, em suma, em que o mundo não se podia rever. -----

Realçou, em nome pessoal, que considerava que a venda de uma parte da REN era um crime de lesa pátria; considerava aquilo indescritível, pois colocava o país dependente da questão mais importante, até ao fim do século, para o mundo inteiro, que era a questão energética; dependente de interesses absolutamente contrários. Afirmou que os chineses vinham a Portugal não para ajudar, mas por interesses estratégicos. -----

Realçou, em termos pessoais, que achava estranho como é que às pessoas não repugnava aquela situação. Aquilo não tinha nada a ver com a política de direita ou de esquerda, tinha a ver com a dignidade, com questões de patriotismo, soberania, questões de amor ao país. -

----- **O presidente da Assembleia Municipal** recordou o tempo que estava determinado para o período antes da ordem do dia. Sugeriu aos deputados inscritos que fossem o mais sucintos possível, nas respetivas intervenções, para que todos pudessem intervir sem que o tempo fosse ultrapassado. -----

----- **O deputado Nelson Gato** desejou boa noite a todos os presentes, disse que “aquilo” estava a ficar um pouco monótono. Disse que, em relação ao Livro Verde e à proposta de lei, estavam a precipitar-se um pouco, porque estavam a falar de suposições. Ninguém ali tinha admitido que conhecia a proposta. Referiu que a proposta de lei era diferente do Livro Verde e acrescentou que segundo a opinião dos presentes, para pior, -----

Salientou que as assembleias municipais teriam de se manifestar sobre aquela proposta de lei. Referiu que se estava a perder tempo, falando em suposições. -----

Deixou a seguinte reflexão: **“o que seria aquela Reorganização Administrativa do Território feita pelo PS”**. Acrescentou que aquela Reorganização Administrativa estava a ser feita com base no que o PS tinha assinado no memorando da TROIKA. -----

----- **O deputado António Proença** desejou boa noite a todos os presentes. Referiu que o que estava ali a em discussão era o código administrativo do país. De seguida fez referência a um livro que tinha lido, o qual falava das comunas dos Estado Unidos da América, as



quais tinham muito importância e as quais eram muito equiparadas às freguesias portuguesas. O que queria dizer que as freguesias já tinham tido algum poder e que, naquele momento, já não o tinham, acrescentando que, em vez de descentralizar, o poder se estava naquele momento a centralizar. Disse que o governo estava a centralizar um determinado número de coisas. -----

Referiu que tinha sido Mouzinho da Silveira o pai do código administrativo, em 1832. De seguida explicou as mudanças que tinham sido feitas ao longo dos tempos. Disse que o concelho estava abolido pela constituição de 1986. -----

Disse que lhe fazia confusão como é que estavam a deixar fugir por entre dedos o que já tinham tido. Disse que as regiões administrativas faziam parte da Constituição, só que não estavam instituídas, e naquele momento queriam extinguir as freguesias. Alertou para o cuidado que seria necessário existir, porque os acontecimentos estavam a ir muito além da previsão das pessoas e porque o cheiro a 25 de abril estava acabar. -----

----- **O deputado Augusto Guégués** disse que o governo estava a aliciar as pessoas ao atribuir mais 15% do orçamento do estado às freguesias que optassem por aquelas operações. O próprio estado utilizava um jogo de aliciamento aos eleitos para comprar as freguesias. Disse que se falava tanto em corrupção e que se estava a assistir a situações daquelas, proporcionadas pelo próprio governo. Realçou que aquela situação era vergonhosa; em termos políticos, era do mais baixo a que tinha assistido. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** referiu que, pegando nas palavras do deputado Augusto, aquilo era corrupção de estado, o que era grave. -----

Disse que os tempos que se viviam todos os dias surpreendiam, pela negativa, o que era muito preocupante. Salientou que a discussão que decorria era de ganhar tempo e não de perder tempo. De seguida disse que queria deixar duas questões que, naquela semana, lhe tinham feito saltar a tampa. Uma tinha sido a intervenção da senhora Ângela Merkel sobre a Madeira; as suas considerações sobre a forma como os dinheiros dos fundos europeus tinham sido gastos na Madeira. A outra situação tinha sido quando o senhor presidente do



parlamento europeu se tinha julgado no direito de considerar negativas as relações de Portugal com Angola, com os países africanos de expressão portuguesa. -----

Salientou que se estava a pagar a assinatura do acordo da TROIKA. Disse não saber exatamente qual seria o texto do acordo da TROIKA, mas tinha sido assinado também pelo partido socialista. Disse que, provavelmente, o governo estaria a ir muito para além do acordo que tinha sido assinado com a Troika. Afirmou que aquelas questões começavam a ser demasiadas, e demasiado graves, para que ficassem calados. Disse que havia muitas formas de lutar, mas calados é que não poderiam ficar. Tinham que reagir das formas mais variadas que tivessem e entendessem. -----

----- **O deputado Sérgio Gazimba** cumprimentou todos os presentes e disse que, qualquer dia, para se comprar uma “vagona” para a câmara teriam que reunir a Assembleia Municipal porque ficava mais barato que extinguir uma freguesia. Referiu que o papel fundamental das Juntas de freguesia era o apoio ao cidadão, aos idosos, resumindo, o papel social. -----

Disse que sempre tinha acreditado na luta de massas. Referiu que como outros governos tinham caído, aquele também iria cair e não iria levar os 4 anos. Disse que se iriam tornar corruptos, iriam vender a soberania do país a retalhos, de forma descarada. -----

Salientou que tinha sido através das manifestações de rua que os governos tinham caído. Convidou todos os ali presentes a estarem na próxima manifestação do dia 11-02-2012, a expressarem o seu descontentamento pela situação do país. -----

Referiu que estavam a ficar com tendências fascistas e explicou o referido. -----  
Disse acreditar que com a luta das populações o governo não iria durar os 4 anos. -----

----- **O deputado Edgar Liliu** cumprimentou todos os presentes e disse que tinha ouvido da boca do senhor ministro Miguel Relvas que as freguesias iriam mesmo acabar, independentemente da vontade das populações. -----

Disse ao deputado Nelson Gato que não havia nenhuma proposta, que aquilo era só para “inglês” ver, o assunto já estava decidido há muito tempo. Afirmou que o senhor ministro



tinha afirmado, no congresso da ANAFRE, que iriam ser extintas cerca de 1500 freguesias. -

----- **O deputado António Anselmo** disse que o deputado Carlos Cabral tinha muita razão, quando tinha dito que um país soberano tinha abdicado de parte da sua soberania. -----

Disse ao deputado Nelson Gato que tinha lido com muita atenção a proposta lei 44/11 e que sabia exatamente o que ela referia. Quando falava dos assuntos ali em discussão, falava com conhecimento. -----

Salientou que, independentemente dos partidos, o importante era que todos eram portugueses, mas que o que era lamentável era que, em cada 4 portugueses, um vivia abaixo do limiar da pobreza. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse ao senhor deputado que estava incomodado com a monotonia dos chineses, que iria continuar a falar nos chineses, e acrescentou que o que se passava naquele momento no mundo, em toda a Europa era, de facto, um debate ideológico profundo, entre duas correntes de pensamento, dentro do capitalismo. Uma que se podia chamar neocazianismo e outra austeritária. -----

Realçou que a linha austeritária era a linha que estava a vencer por toda a Europa, estando-se a caminhar para a desgraça. Salientou que Portugal iria receber dinheiro do estrangeiro, para pagar os juros, e assim iria aumentar a sua dívida. -----

Afirmou que dentro do Capitalismo havia outras linhas. Os Estados Unidos estavam a aplicar linhas completamente diferentes da Europa. Tinham proibido a venda das suas empresas de eletricidade aos chineses, o que tinha sido dignificante. -----

Realçou a relação que era mantida com países que não respeitavam os direitos humanos.

Disse que a política oficial do estado sobre os direitos humanos era uma fantasia.

Perguntou se o país, o mundo tinham princípios, se tinham valores, se tinham história para defender esses princípios. Se os poderíamos afirmar no mundo, na Europa? Acrescentou que a questão das dívidas era uma questão de princípios e que existiam os que tinham princípios e os que não os tinham. -----

Afirmou que tudo aquilo era uma questão de dignidade, de vida, de viver em pé. Quem não



tinha princípios era um vende pátria, um vende soberanias, um vende" história, e que os que tinham princípios, tentavam não as vender. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** referiu que o assunto que o senhor deputado Carlos Cabral tinha acabado de referir, tinha muito a ver com Borba. Referiu que tinha refletido muito, nos últimos tempos, sobre aquele tipo de assuntos. Saliu que muitas vezes existiam seguidores cegos de determinadas frentes ideológicas, ligadas aos partidos do poder, os quais não refletiam sobre aqueles assuntos. Realçou que ele nunca tinha sido assim. Disse que sempre tinha dito o que pensava, mesmo quando o partido socialista estava no governo. -----

Referiu que a primeira câmara a fazer reformulação de freguesias tinha sido a câmara de Lisboa, explicando que o que se estava a passar nada tinha a ver com a Troika. Saliu que o que se estava a passar era um atentado contra o poder local. -----

Em relação às regiões administrativas disse que ainda um dia de estes, se assistiria a uma regionalização encapotada e seguidamente explicou. Referiu que já se dizia que as comunidades intermunicipais iriam ter 3 administradores.-----

Disse que a senhora deputada Filipa se tinha esquecido de falar nos beijos do ministro português ao ministro alemão. Referiu que, realmente, tinha sido um bom exemplo, aquela atitude de um ministro português. Disse que tudo aquilo estava a cair no ridículo. -----

Realçou que aquela lei que o governo tinha proposto era escandalosa; era um atentado ao poder local. -----

Referiu que o governo também iria acabar com as finanças, postos de correios, câmaras, tribunais, em suma queria acabar/extinguir tudo o que existia de bom e que até poderia fixar pessoas no interior. -----

----- **O vereador Joaquim Serra** cumprimentou todos os presentes e disse que aquilo a que se estava a assistir, a nível nacional e a nível da Europa, tinha a ver com a legitimidade democrática das decisões e das participações e do envolvimento. Disse que estava a assistir a coisas que era impensável que acontecessem. Referiu que, por imposição do



mercado, da união europeia, já tinham sido substituídos chefes de estado e primeiros-ministros, por técnicos. Perguntou onde é que estava a legitimidade democrática, onde estavam os eleitos em quem se votava e confiava e que, depois, eram afastados daquela forma, para estarem ao serviço daquilo que ditava o poder, que era o poder económico. Afirmou que teria que existir revolta contra aquela forma de agir. Disse que o que chamavam de reforma administrativa era um primeiro passo para terminarem com a representatividade e a participação popular. Disse que o que tinha peso, nas assembleias de freguesia, era a participação, a discussão, o decidir pelo desenvolvimento dos locais onde se vivia, não era o valor das senhas de presença. Afirmou que o que estava ali em causa era a democracia. -----

Explicou que a Troika eram pessoas, que vinham com um conjunto de diretrizes, que queriam impor. Acrescentou que muitas pessoas não sabiam o que era a TROIKA. Afirmou que não se poderia vender a dignidade a todo o preço.-----

Perguntou o que é que restaria depois da passagem do governo do PSD. O que é que ficaria. Referiu que nem tudo rodava à volta do dinheiro. Existiam outras soluções, que não fossem aquela submissão. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que os senhores deputados estavam muito irrequietos. Referiu que, se quisessem intervir, era favor pedirem a palavra, que lhes seria concedida, e assim ficaria registado aquilo que era dito. Salientou que tinha sido suficientemente flexível naqueles últimos anos, a ponto de permitir que fossem feitas as discussões quando elas deveriam ser feitas, mesmo para além daquilo que era o regimento. Mas também era suficientemente capaz de começar a cumprir o regimento à “letra”. -----  
Disse ao deputado Benjamim que se pretendesse continuar com os comentários lhe agradecia que ligasse o microfone, para que pudesse ficar registado o que dizia. Referiu que sempre tinha imperado naquela assembleia o respeito e que aquele era mútuo. -----

#### **PONTO DOIS:** Período para intervenção do público



**PONTO TRÊS:** Período da ordem do dia

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que cabia à mesa da assembleia dar uma explicação ao plenário sobre o porquê da não presença da ata da última assembleia. Disse que tecnicamente não tinha sido possível tê-la pronta, viria na próxima assembleia. ---

----- **O deputado Francisco Mendes** disse que aquela ata era um pouco comprida e que tinham achado melhor vir na próxima assembleia, visto não ter havido tempo suficiente para a analisar. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que a ata estaria na próxima assembleia, para aprovação. -----

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Proposta de 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2012.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que quando tinham elaborado o mapa para o ano de 2012 a indicação que tinham tido, em relação à prorrogação dos contratos a termo certo, era que a aplicação também era a nível da administração local, só que tal situação não se tinha verificado. -----

Referiu que às autarquias, cada vez mais, estavam vedadas as contratações, o que levava a esquemas que em nada dignificavam o poder, o governo. Salientou que estavam a aparecer, por todo o país, empresas privadas de trabalho temporário. Disse que a precariedade era cada vez maior. -----

Disse que, por não ser autorizada a prorrogação dos contratos às autarquias, tinha havido a necessidade de se proceder à alteração do mapa de pessoal, porque havia pessoas a terminarem contrato, em locais que achava importantes para a autarquia e, se não se fizesse aquela alteração ao mapa, não poderiam abrir concurso. -----

Salientou que, com o tempo, não saberia se não teria de fechar serviços que importantes para as populações, por não poder fazer contratação de pessoal. Afirmou que, cada vez, as coisas se estavam a complicar. -----

Referiu que se não fizessem aquela alteração ao Mapa de Pessoal não poderiam proceder à



abertura de concursos, e segundo eles, aqueles lugares (serviços) eram importantes. Salientou que o executivo sempre faria o melhor para as populações, sempre trabalharia em prol do bem estar-estar delas. -----

Disse que aquela tinha sido a opção que tinham tomado e como as coisas não se tinham processado como tinham pensado, estavam ali, naquele dia, para proporem a alteração ao Mapa de Pessoal, referindo que as críticas eram sempre possíveis de serem feitas e bem-vindas; na vida estava-se sempre aprender. -----

----- **A deputada Maria João Lopes** referiu que tinha umas dúvidas relativamente à última página do documento, no mapa das vagas de postos de trabalho. Disse ao senhor Chefe de Divisão que queria confirmar os números que ali estavam, pois estava com alguma dificuldade na sua decifração. Perguntou se seriam 220 postos de trabalho ou 222 o que estava mencionado, se os ocupados eram 156 e depois, a vagar 1, e a preencher 4. Disse que os números eram muito pequenos e que aquilo se tornava ilegível. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** (interrompendo) ... disse que o senhor Chefe de Divisão não tinha ligação à rede, que iria ver o que se passava e já respondia às questões colocadas. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes e disse que o número total de postos de trabalho era de 222; depois, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ocupados 158, a vagar 1, a preencher 4. No regime de contrato de trabalho a termo certo, ocupados 54, a vagar 26, a preencher 33. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse à senhora deputada Maria João que já poderia colocar as questões. -----

----- **A deputada Maria João Lopes** disse que já estava esclarecida, que a pergunta que tinha sido colocada antes daquele esclarecimento já não tinha fundamento. -----

----- **O deputado António Anselmo** disse que a situação que se estava ali a discutir era em relação à Loja do Cidadão, que tinha 2 pessoas a trabalhar. Disse que lhe fazia confusão



como é que umas pessoas eram fundamentais, até uma determinada altura, para os serviços funcionarem e depois deixavam de o ser, quando o contrato terminava. Como é que se explicava que, num local onde trabalhavam 200 pessoas, se chegava á conclusão que 150 eram suficientes. Referiu que aquilo era uma falta de respeito por quem trabalhava. Perguntou se existiam pessoas preparadas para ir substituir as outras, no serviço que elas desempenhavam, ou se o lugar deixava de existir. -----

Salientou que tudo aquilo tinha que ver com quem geria as coisas. Disse que não poderiam brincar com as pessoas ou se esqueceriam que as pessoas trabalhavam porque necessitavam do dinheiro para a sua vida. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que quem tinha a maioria sempre decidia as coisas e que, depois de elas estarem aprovadas, tinham que ser cumpridas. -----

Disse que para cumprir as leis que tinham sido impostas os municípios eram obrigados a reduzir despesas com o pessoal, e o município de Borba não era exceção. Perguntou como é que o município iria cumprir aquela regra, redução de despesas com pessoal, quando se estava a alterar o Mapa de Pessoal para permitir, no ponto seguinte, a abertura de um concurso para mais dois trabalhadores. -----

Disse que uma outra questão era uma observação pois, na sua opinião, o Mapa de Pessoal poderia ter sido feito prevendo aquela situação concreta. Poder-se-ia ter previsto a possibilidade de a prorrogação dos contratos a termo não se aplicar à administração local.--

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que não pretendiam brincar com o trabalho de ninguém. Disse que, como a senhora deputada Filipa tinha dito, o que naquele dia era verdade, dali a uma semana poderia não o ser. A deputada tinha razão, porque as leis estavam sempre a ser alteradas. Acrescentou que eram obrigados, por lei, a reduzir os custos com o pessoal e, caso não fizessem o que o governo tinha legislado, eram-lhes retidas verbas. -----

Afirmou que o maior gosto da gestão da câmara seria criar estabilidade para os funcionários, mas tal situação era impossível naquele momento. -----



Referiu que os grandes responsáveis pelo que acontecia, em termos civis e criminais, eram ele e o Chefe de Divisão. Disse que quem estava na oposição tinha uma maneira diferente de discutir as situações mas que, quando se tinha a *canga* em cima, os assuntos mudavam de figura. -----

Referiu que tinham pensado que o que se tinha dito era sério, no que respeitava à prorrogação dos contratos a termo certo. Sabiam que estariam sujeitos a críticas, mas estavam ali para o bem e para o mal e o importante era resolver os problemas. -----

----- **A deputada Maria João Lopes** disse ao senhor presidente que tinha estado a fazer uma análise do documento. De seguida referiu que o quadro de pessoal tinha 222 lugares, ocupados 212, pelo que 10 lugares não tinham sido ocupados. Estavam a vagar 27 lugares, 1 de termo incerto e 26 de termo certo e estavam para preencher 33 lugares, mais 6 dos que os que estavam a vagar. -----

No seguimento da intervenção da senhora deputada Filipa perguntou como é que, naquela conjuntura, do objetivo que tinha sido imposto à câmara municipal da redução das despesas com o pessoal, justificavam aqueles 6 postos de trabalho, relativamente às 27 vagas que constavam, naquele momento, naquele mapa de pessoal. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que o senhor Chefe de Divisão iria responder. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse que o orçamento de estado imponha uma redução aos municípios, no ano de 2012, em número de postos de trabalho, não em valor de custos com o pessoal. E em determinados casos, obviamente que teria de haver redução de custos com o pessoal, porque a redução de custos não era só apenas para custos com o pessoal, mas para muito mais. -----

----- **A deputada Maria João Lopes** (interrompendo) ... disse que estava a falar em trabalho efetivo, não estava falar nos custos. -----

----- **O chefe de Divisão António Passinhas** (continuando) ... disse que a observação da deputada Maria João fazia todo o sentido. Disse que o orçamento de estado tinha



determinado para os municípios, e dependendo dos casos e das situações que tinham sido verificadas nos anos anteriores, uma redução que poderia ir de 2% a 4%. No caso do município de Borba, tudo o indicava, teriam que reduzir 2% nos postos de trabalho. Se se aplicassem aos 222 postos de trabalho os 2% (4 postos de trabalho), queria dizer que no final do ano teriam que ter menos 4 postos de trabalho ocupados, dos que estavam preenchidos. -----

Disse que o município não poderia prever os lugares que iriam vagar pois existiam pedidos de aposentação que ainda não tinha saído. Referiu que havia a expectativa que saíssem alguns funcionários que tinham solicitado a aposentação antecipada o que, no final do ano, poderia ocorrer. Disse que, independentemente de existirem mais lugares a preencher do que a vagar, atendendo às restrições a que estavam sujeitos, nunca poderiam dar entrada a mais funcionários do que saída. -----

----- **A deputada Maria João Lopes** agradeceu o esclarecimento e disse que a pergunta tinha uma rasteira. Assim já tinha ficado a saber os números a que o município estava sujeito a nível de cortes de despesa com o pessoal. Disse que aquele executivo ainda ficava com uma redução acima dos 2%, porque se juntasse os 27 lugares que estavam a vagar, mais os 10 lugares que tinham de reserva, somava 37 e estavam a preencher 33. Disse que realmente ainda estavam dentro do limite. -----

Disse ao senhor presidente que o rácio deveria ser todo igual, 27 vagas, 27 lugares preenchidos e naquele rácio o 2% deveria incidir nos postos de trabalho que estavam a vagar. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que gostava de almofadas. Referiu que até poderiam existir mais aposentações do que as que estavam à espera. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições, colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **13 votos a favor** (dos eleitos do PS), **3 votos contra** (dos eleitos da CDU) e **3 abstenções** (dos eleitos do PSD) -----



**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Abertura de Procedimento Concursal.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquele ponto vinha na sequência do anterior. Referiu que, como já tinha sido dito, aquela era uma das situações em que tinham que solicitar aprovação à assembleia municipal, segundo a lei da reforma administrativa. Disse que se pretendia abrir um concurso para 2 postos de trabalho. Referiu que no ano anterior, aqueles assuntos iam somente à reunião da câmara municipal. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que não estavam nada de acordo com aquela proposta, explicando que não era estarem em desacordo com o funcionamento da Loja do Cidadão. Chamou a atenção da câmara para a forma como, por vezes as coisas eram escritas, pois poderiam ter uma interpretação ao contrário daquela que se pretendia. De seguida fez referência ao que se dizia na minuta da câmara, sobre a abertura do procedimento concursal. -----

Referiu que aquele procedimento era aberto para 2 vagas, para a continuação do funcionamento da Loja do Cidadão. Disse que a câmara tinha referido que não tinha ao seu serviço pessoal com formação específica de modo a poder assegurar o funcionamento da referida loja. Disse que a câmara tinha proposto que as pessoas tivessem o 12º ano de escolaridade, carreira de assistente operacional, salário mínimo nacional de 485€. Disse que a desculpassem e perguntou se estavam a brincar com as pessoas, com os concorrentes, com os futuros contratados. -----

Pelo que era dito pela câmara, 2 pessoas iriam ser contratadas para a Loja do Cidadão, na sequência do trabalho que estava a ser prestado por 2 funcionárias que lá estavam, e que nada lhes garantia que fossem as mesmas a ser selecionadas, porque iriam concorrer “N” pessoas. Aquelas funcionárias já tinham tido a tal formação específica necessária. Agora terminavam o contrato e ia ser aberto concurso para outro contrato a termo. Referiu que aquela era uma situação de rotina. Disse que a câmara reconhecia aquele trabalho como um bom trabalho e de grande utilidade para a população e que estava a ser assegurado por



2 pessoas que já tinham tido a tal formação específica. Mas assim elas teriam que provar que eram as melhores, no meio de todos os outros concorrentes, para poderem ocupar os postos de trabalho em concurso. -----

Perguntou se, para um trabalho com aquelas características técnicas específicas, que exigia formação específica, se aquilo se aplicava a auxiliares administrativos. Se aquele trabalho exigia especificidade não deveria ser feito por assistentes operacionais. Disse que para um assistente operacional bastava a escolaridade mínima, para quê exigir o 12º ano. Acrescentou que o mais grave, mas que se prendia com tudo aquilo, era que para um trabalho especializado se oferecia o salário mínimo nacional. Disse perceber que era necessário poupar, reduzir custos, mas com tudo o que tinha sido escrito, poderia ter-se poupado todo aquele discurso, pois afinal iria criar falsas expectativas em muitas pessoas. E só poderia ocupar o lugar quem, na realidade, tivesse adquirido a tal formação específica. -- Salientou que, segundo o seu ponto de vista, não haveria assim tanta necessidade de um curso para desempenhar funções na Loja do Cidadão. Disse pensar que a câmara poderia ter feito aquilo de outra forma, valorizando as pessoas que iam desempenhar aquelas funções, com requisitos diferentes, com um nível de exigência e de remuneração diferente da que estava ali. -----

Terminou a sua intervenção dizendo que não estava de acordo com aquela proposta. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que quando eram tomadas decisões elas poderiam estar sempre sujeitas às mais variadas críticas. Disse à deputada Filipa que a escolaridade obrigatória variava consoante a idade das pessoas e exemplificou com o concurso que tinha havido para coveiro. -----

Disse que a AMA estava a desempregar muita gente a nível nacional. -----

Disse que dali a uns meses iria ser mais difícil proceder à abertura de concursos, por causa da situação do quadro dos disponíveis. Disse que poderiam ter tomado outras decisões, mas tentaram ter algum cuidado. -----



----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições, colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria com **13 votos a favor** (dos eleitos do PS), **3 votos contra** (dos eleitos da CDU) e **3 abstenções** (dos eleitos do PSD). -----  
Os eleitos da CDU apresentaram declaração de voto (**que se arquiva em pasta anexa como documento n.º1**) -----

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse, em relação ao relatório financeiro, que todos os deputados tinham em sua posse os quadros com os valores. No que respeitava a receitas correntes e de capital, a taxa de execução, face ao orçamento anual para 2011 era de 57.15%. O orçamento da despesa andava nos 53.50%. -----  
Ao nível dos limites de endividamento, existia margens em todos. O endividamento a curto prazo era de 315.000,00€ (trezentos e quinze mil euros). Disse que ainda não tinha sido utilizado nenhum, no ano de 2012. Em relação ao Relatório de Atividades do Município, disse que queria respigar apenas algumas atividades que considerava mais relevantes. A reunião do Conselho de Supervisão Estratégica do PROVERE. Referiu que aquele PROVERE era cada vez mais anedótico. Disse que tinham sido os gestores do PROVERE, que tinham lutado muito e que continuariam a fazê-lo. Salientou que os organismos regionais estavam a dificultar cada vez mais a resolução dos assuntos, quer em termos de abertura de concursos, de candidaturas, de pagamentos; participação na abertura do "Forúm/Projeto IEC" com empresas culturais. Disse que tinham estado em Borba representantes daquelas empresas culturais com o objetivo de viabilizar ali a implementação de empresas daquele género; referiu que tinha participado no dia dos Emirados Árabes em Lisboa a convite da Embaixada. Informou que estava prevista a visita a Borba dos embaixadores da Índia, de Moçambique e de Marrocos. Referiu que estava prevista, para breve, a germinação com Kalimette, uma cidade da periferia de Moscovo.-----



Relativamente aos Planos, disse que o Plano da Cruz de Cristo estava na fase final; quanto ao Plano de Pormenor da UOPG-0, referiu que já tinham chegado a acordo com a REFER; o Plano de Pormenor de Apoio à Ecopista continuava em elaboração; o Plano da UOPG 2-0 iria ser apresentado dia 27 ou 28 de fevereiro, pela equipa de técnicos da câmara que o tinha elaborado. -----

----- **O vereador Humberto Ratado** desejou boa noite a todos os presentes e disse que as atividades mais relevantes estavam descritas no documento distribuído por todos os deputados. Referiu que tinha sido feita uma reunião com as coletividades e as associações, relativamente ao esclarecimento sobre o regulamento em vigor, para atribuição de apoios. Realçou que tinha sido prestado todo o apoio às associações/coletividades, no que respeitava a dúvidas que tinham surgido no preenchimento da documentação.-----

----- **O vereador Hugo Mendanha** desejou boa noite a todos e disse que iria só salientar dois ou três pontos da lista que se encontrava no documento que tinha sido entregue aos senhores deputados. Referiu o trabalho notável que estava a ser desenvolvido pelos Sapadores Florestais, a limpeza de bermas e valetas que se estava a realizar na estrada Borba/Vila Viçosa; o arranjo paisagístico/urbanístico que se estava a realizar na zona do minigolfe, no campo de futebol e na zona do Chalé; parque infantil no loteamento da Eborimo. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao senhor vereador Humberto se poderia partilhar com eles como estavam as coisas relativamente ao novo centro escolar. Referiu que já tinha constatado que o novo acordo ortográfico tinha sido utilizado naqueles documentos. -----

-----**O deputado José Dias** cumprimentou todos os presentes e salientou o excelente trabalho desenvolvido pelos Sapadores Florestais na limpeza das linhas de água na Orada. -

----- **O presidente da Câmara Municipal** perguntou ao senhor presidente da assembleia se lhe permitia que fosse ele a responder, relativamente ao Centro Escolar, visto ter acompanhado todo o processo. Disse que tinham seguido naquele dia, para o tribunal de



contas, os elementos solicitados por aquele organismo, relativamente ao visto que tinha sido pedido. -----

Relativamente ao acordo ortográfico disse que tinha sido mais uma obrigatoriedade. Referiu que tinham recebido um mail de um ministério a alertá-los para a obrigatoriedade de cumprir o acordo ortográfico. -----

Disse que se estava a fazer à Ribeira da Orada o mesmo que se tinha feito em Santiago Rio de Moinhos. Disse que ao Sapadores estavam a realizar um trabalho importante, digno de reparo, no sentido positivo.-----

Disse que deixava uma sugestão para os presidentes das Juntas de Freguesia da Orada e de Rio de Moinhos, para que eles sensibilizassem os proprietários dos terrenos, responsáveis pela limpeza fora do perímetro urbano, para que aqueles procedessem à limpeza dos respetivos terrenos. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que a ata da assembleia de Dezembro de 2011 não iria para aprovação de acordo com as regras do novo acordo ortográfico. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que o mail que tinha recebido, referente ao acordo ortográfico, referia que, quando aquele não fosse cumprido, poderia ocorrer um processo disciplinar. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que aquela ata era referente ao período em que não existia a obrigatoriedade do acordo ortográfico. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que o voto de pesar apresentado pelo deputado Carlos Cabral se tinha transformado num voto de pesar da Assembleia Municipal, que constava em edital e que seriam enviadas as condolências à família do funcionário falecido, Jacinto João Carvalho Pereira.-----

Informou que tinha chegado acordo naquele dia, com os presidentes de Junta de Rio de Moinhos e da Orada, para a realização, ainda naquele ano, de mais 2 assembleias municipais, nas respetivas freguesias. Disse que seriam, provavelmente, as assembleias de junho e de setembro. -----



Informou que iriam ser lidas, em voz alta, as duas minutas da ordem de trabalhos. -----  
As presentes minutas foram aprovadas por unanimidade. -----  
Por não haver mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----

### **O Presidente da Assembleia Municipal**

---

Jerónimo João Pereira Cavaco

### **O Primeiro Secretário**

---

Francisco José Ramalho Mendes

### **O Segundo Secretário**

---

Joaquim Manuel Ganito Trincheiras